



Índice

- 01 SEI realiza evento para divulgar a cultura indígena do Estado
- 02 Justiça de MS proíbe leilão dos fazendeiros que arrecadaria dinheiro para combater índios
- 03 Conselhão recomenda celeridade na titulação de terras quilombolas no RS
- 04 Avião bimotor com 5 pessoas cai no sudoeste paraense
- 05 Movimentos sociais marcam ato de solidariedade aos indígenas no mesmo dia que ruralistas farão leilão
- 06 Estudantes de Gurupi debatem cultura indígena
- 07 Lideranças indígenas exigem a não publicação de portaria que altera procedimento de demarcação de terras
- 08 "Quem faz milícia são os índios", disparam produtores rurais
- 09 Adeus Terras Indígenas
- 10 Comissão aprova cotas para negros em concursos públicos
- 11 Índios e quilombolas de Oriximiná cobram demarcação de suas terras
- 12 Após anos de disputa, MT tem primeira desapropriação com objetivo social
- 13 Incra inicia regularização de áreas quilombolas em Minas Gerais e Mato Grosso
- 14 Dilma anuncia desapropriação e posse para comunidades quilombolas



- 15 Caetité: II Seminário Internacional de Educação Integral DESTACA a Escola da Comunidade Quilombola de Sambaíba.
- 16 Saiu finalmente no D.O.U. a exoneração do coordenador do Distrito Sanitário Indígena de MS. Ele já havia 'saído' em 15/10
- 17 Carta de repúdio a violência da mídia contra os indígenas
- 18 "Justiça Federal suspende o leilão, e pistoleiro ameaça de morte o presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul"
- 19 Povos e comunidades tradicionais planejam atividades para 2014
- 20 Índios e fazendeiro fazem acordo para dividir área
- 21 Indígenas cercam Palácio do Planalto e pedem audiência com ministro da Justiça
- 22 Índios vetam político na chefia da Sesai de MS
- 23 Fórum mundial debaterá a exclusão indígena no Brasil
- 24 [Índios abrem cancelas do pedágio em protesto na BR-369 em Jataizinho](#)
- 25 Formação Indígena é discutida em mesa redonda organizada pelo Profebpar da UFMA
- 26 Questão indígena: Minuta do governo é mero paliativo, diz Rural
- 27 Ruben Figueiró cobra solução para conflitos por terras indígenas
- 28 Morte de líder indígena brasileiro repercute na Europa
- 29 Alckmin quer criar cota racial no serviço público de São Paulo
- 30 Reunião sobre demarcação deixa ruralistas frustrados



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

-
- 31** Movimentos sociais e sociedade civil farão ato de solidariedade e apoio aos direitos dos povos indígenas no sábado
 - 32** Governo federal fecha o cerco à pesca ilegal e passa a exigir selo

SEI realiza evento para divulgar a cultura indígena do Estado

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 04.12.2013

SHIRLEIA RIOS

Editoria de Cultura

shirleiarios@folhabv.com.br



Reconhecer o artesanato indígena como expressão cultural, tradicional, simbólica e como instrumento de afirmação de identidade étnica dos povos indígenas, é nesse intuito que a SEI (Secretaria de Estado do Índio), através do Centro de Artesanato Indígena Ko'go Damiana, realiza hoje (4) e amanhã (5) a "I Feira de Artesanato Indígena" a partir das 9h na própria Secretaria, localizada na avenida Brigadeiro Eduardo Gomes s/n, Bairro Dos Estados, nas dependências do Parque Anauá. O evento acontece durante todo o dia e é aberto ao público.

Haverá a comercialização e exposição de artesanatos indígenas produzidos por mais de 20 comunidades do Estado, além da apresentação do coral indígena da comunidade de Sorocaima.

O secretário de Estado do índio, Francisco Roberto do Nascimento, vê na feira não só a oportunidade dos povos indígenas poderem mostrar seus trabalhos, mas também de toda população roraimense conhecer o trabalho de artesanato realizado no Estado.

"Através da Feira, o indígena vai poder comercializar os seus produtos diretamente para população, sem que haja intermediários, e ao mesmo tempo, irá incentivá-los quanto à produção e comercialização artesanal. Essa é a primeira Feira, mas a intenção é realizá-la pelo menos de dois em dois meses", disse o secretário.

Ele explica que existe a ideia de se criar dentro da Secretaria, um local específico, para que independente do período e ocasião, os artesanatos indígenas possam ser adquiridos com facilidade, tanto pela população local como também por turistas.

"Queremos ter uma lojinha permanente aqui na Secretaria, para que os próprios indígenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

possam trazer seus artesanatos e vendê-los pelo preço que eles deixarem aqui. Quem irá atender na lojinha também será uma pessoa indígena”, explicou o secretário.

A diretora do Centro de Artesanato Indígena da SEI, destaca a importância do papel do Centro, e diz que a feira irá contribuir para a valorização dos artesãos indígenas. “O Centro tem o objetivo de apoiar a produção e a comercialização do artesanato indígena, garantindo assim que os artesãos tenham interesse quanto à fabricação dos seus produtos”, disse.

Programação

Dia 04/12

9h – Abertura

9h30 – Apresentação do coral indígena da comunidade Sorocaima

10h15 – Exposição e comercialização de artesanato indígena

21h - Encerramento

Dia 05/12

9h – Reabertura do evento/ Continuidade das atividades durante todo o dia

20h – Encerramento

Serviço

O que: I Feira de Artesanato Indígena

Onde: Secretaria de Estado do Índio

Quando: Dias 4 e 5 de dezembro de 2013

Quanto: Aberto ao público



Justiça de MS proíbe leilão dos fazendeiros que arrecadaria dinheiro para combater índios

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 04.12.2013

A juíza da 2ª Vara Federal de Campo Grande, Janete Lima Miguel, suspendeu na tarde desta quarta-feira (4) o 'Leilão da Resistência' promovido por pecuaristas de Mato Grosso do Sul para arrecadar recursos para ações contra retomadas de áreas indígenas.

O pedido foi ajuizado na terça (3) pelo Conselho Aty Guassu Guarani Kaiowá e Conselho Terena. A primeira denúncia da manifestação foi feita no último dia 20 ao Ministério Público Federal por cerca de dez representantes de movimentos sociais.

Para Roberto Botareli, presidente da Fetems (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), a conquista é dos movimentos sociais e dos índios. Entre as entidades que assinam o documento pedindo providências estão: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Marçal de Souza e Federação dos Trabalhadores em Agricultura (Fetagri).

O 'Leilão da Resistência' seria feito com um pregão ofertando animais, cereais, máquinas e produtos doados pelos próprios agricultores e pecuaristas do Mato Grosso do Sul. Os promotores do leilão estimavam uma arrecadação de R\$ 3 milhões para pagamentos de honorários de advogados, divulgação e para a segurança da fazenda. Com ameaça de morte aos índios, a suspeita era de que os fazendeiros comprariam armas para abrir fogo contra os indígenas em ações de retomada de terras.



Conselhão recomenda celeridade na titulação de terras quilombolas no RS

SÍTIO LITORAL MANIA, 04.12.2013

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes-RS) debateu a situação da regularização e titulação de territórios quilombolas no Rio Grande do Sul durante reunião da Câmara Temática de Direitos Sociais na tarde desta terça-feira (3).

Entre as recomendações do colegiado, está a articulação entre os governos Estadual e Federal para realizar trabalho conjunto, ampliar recursos financeiros, criar mais políticas públicas e atuar de forma cooperada para acelerar a demarcação, notificação e titulação dos territórios quilombolas.

Também foi proposta a alteração do decreto estadual 41.498/2002, passando a supervisão do tema da Secretaria do Trabalho para a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), responsável pelas ações voltadas às comunidades quilombolas.

Ao final da reunião, os integrantes da Câmara Temática também definiram a criação de um Grupo de Trabalho para finalizar as recomendações a serem encaminhadas ao governador Tarso Genro e redigir as bases para o Termo de Cooperação entre o Executivo estadual e o Incra. O colegiado também recomendou a agilização das sugestões do GT Quilombola e o cumprimento do Plano Brasil Quilombola.

O superintendente regional do Incra, Roberto Ramos, órgão responsável pela titulação, informou todos os procedimentos necessários para o reconhecimento das áreas e colocou a situação do Rio Grande do Sul, que tem 155 áreas quilombolas identificadas em 85 municípios. Deste total, há 84 processos abertos no Incra pedindo a titulação, dos quais 29 estão com etapas em fase avançada e, ainda, 14 deles já tiveram publicados o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que embasa todo o processo de titulação.

Três áreas foram tituladas no Estado: Chácara das Rosas, em Canoas; Família Silva, em Porto Alegre; e Casca, em Mostardas. Estão em fase final de habilitação o Rincão dos Martimianos, em Restinga Sêca, e Rincão dos Caixões, em Jacuizinho. "Apesar de tímido, o trabalho é significativo porque depende de etapas em outros órgãos", informou Roberto Ramos.

Para chegar ao RTID, são necessários seis documentos: relatório antropológico; levantamento fundiário; memorial descritivo; cadastramento das famílias; levantamento de sobreposição de interesses; e parecer conclusivo. "A capacidade do Estado brasileiro é insuficiente para ser ágil frente à complexidade da política que envolver a titulação, por envolver um conjunto diverso de fases, como contestações", explicou a antropóloga do Incra, Eleandra Koch. A falta de recursos é outro fator de retardo da titulação, porque, no caso das áreas quilombolas, as terras precisam ser indenizadas no valor de mercado.

CONT.



Termo de Cooperação

Roberto Ramos propôs ainda a formalização de um Termo de Cooperação do Incra com o Governo do Estado para somar esforços e agilizar as etapas da titulação, especialmente com auxílio em recursos humanos.

O coordenador da SDR para a questão quilombola, Joel Souza Santos, registrou que os processos de titulação são "demorados, longos, difíceis e, muitas vezes, judicializados, retardando em muito a conclusão da titulação". Ele destacou que as políticas para o setor ficaram paralisadas nos dois últimos governos. A partir de 2011 foi criado o programa de Fortalecimento Socioeconômico de Comunidades Quilombolas e construído um conjunto de ações e políticas para o segmento, especialmente no meio rural, fazendo chegar iniciativas públicas, como programas de crédito para a habitação e produção.

Pressões e contestações

A coordenadora adjunta da Federação das Associações das Comunidades Quilombolas, Cledis Rezende, registrou o impacto emocional que a demora acarreta nas comunidades, que muitas vezes chega a 15 anos de lutas e sofrimento, além das pressões de grandes proprietários rurais. "A bancada ruralista tem formatado leis contra os quilombolas e derrubando decretos de conquistas obtidas. É como se o negro não merecesse ter espaço para sua sobrevivência, e que só pudesse ser empregado, peão e não dono da sua área".

Cledis Rezende reconheceu os avanços das políticas estaduais e federais. "Temos ânimo quando governos como estes reabrem espaço para discutir nossas questões. Mas mesmo com vários programas implementados, precisamos avançar", disse.

GT quilombola

O Rio Grande do Sul foi pioneiro em estabelecer uma legislação sobre territórios quilombolas (Lei Estadual Nº. 11.731, de 09 de janeiro de 2002). O Governo do Estado instalou, em julho de 2011, o Grupo de Trabalho responsável pela proposição de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas. É formado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene), e representações de 20 Secretarias de Estado.

A conselheira quilombola integrante do Cdes/RS desde janeiro deste ano, Sandra Lúcia Lopes da Silva, ressaltou que, além da preocupação com a regularização fundiária, é importante fazer chegar as políticas públicas especialmente nas áreas de educação, informação e inclusão digital, consideradas por ela como meios para manter e favorecer a luta pelos direitos das comunidades quilombolas.

O debate reuniu representantes do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Procuradoria-Geral do Estado (PGE), de Secretarias de Estado, além de associações quilombolas de vários municípios gaúchos e ocorreu na sede do Conselho com a coordenação do secretário-executivo do CDES, Marcelo Danéris (Av. Borges de Medeiros, 1501 - 21º andar).



Avião bimotor com 5 pessoas cai no sudoeste paraense

SÍTIO PORTAL ORM, 04.12.2013

Aeronave transportava profissionais que realizariam atendimentos a indígenas

Um avião bimotor que ia para a cidade de Novo Progresso, no sudoeste do Pará, caiu por volta das 11h45 da manhã desta quarta-feira (4). O acidente aconteceu entre Novo Progresso e o município de Itaituba. Cinco pessoas estavam na aeronave, de matrícula PT-WNY, no momento do acidente. As causas da queda da aeronave ainda serão investigadas pela Aeronáutica.

A queda aconteceu a cerca de um quilômetro da aldeia indígena Pacany, em Novo Progresso. Os bombeiros confirmaram também que a aeronave transportava profissionais de saúde que iriam realizar atendimentos no núcleo de Saúde Indígena, em Novo Progresso.

A equipe de salvamento continua na área e não há mais detalhes sobre as causas do acidente, de acordo com a Aeronáutica. Informações iniciais davam conta de que o avião seria um monomotor, dado corrigido pela corporação.

Em nota ao Portal ORM, o Ministério da Saúde lamentou a morte de três indígenas da etnia Kayapó (uma criança, uma mulher e um homem adulto) e dois tripulantes que estavam em avião. Segundo o Ministério, eles embarcaram na aeronave com destino a Novo Progresso-PA para que a mulher indígena recebesse atendimento médico de urgência. Após a decolagem na Aldeia Pukanu ocorreu o acidente.

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde, já foi providenciado o deslocamento para a aldeia no Pará de quatro representantes da etnia Kayapó que participam da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em Brasília. Também estão sendo tomadas todas as medidas necessárias referentes ao sepultamento.

Redação Portal ORM



Movimentos sociais marcam ato de solidariedade aos indígenas no mesmo dia que ruralistas farão leilão

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 04.12.2013

No próximo sábado (7), representante de movimentos sociais, sindicatos, estudantes e artistas realizarão um ato em solidariedade e apoio aos direitos dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. A manifestação será um contraponto ao leilão que será realizado no mesmo dia, pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrisul), com o objetivo de arrecadar recursos para financiar a contratação de empresas de segurança armada, que devem agir nas áreas de confronto de terra no Estado.

Entre os objetivos do ato está a continuidade à arrecadação de alimentos e roupas e o apoio a demarcação das terras indígenas no estado. As entidades que estão à frente do evento pretendem, com o ato, mostrar para a sociedade que as comunidades indígenas contam com solidariedade e apoio na luta pela demarcação das suas terras tradicionais e que estão garantidos na Constituição de 1988.

O Ato terá início às 14 horas, no Teatro de Arena do Horto Florestal, com diversas apresentações artísticas. Estão programadas apresentações musicais, exposição de quadros, performances teatrais, vídeos e dança. Às cinco horas acontece o ato de apoio aos direitos dos povos indígenas e depois continuam as apresentações artísticas.

Estudantes de Gurupi debatem cultura indígena

SÍTIO SURGIU, 04.12.2013

O encontro faz parte do projeto Mundo EJA – Júri Simulado e tem o intuito contextualizar as aprendizagens adquiridas durante a pesquisa educacional no decorrer do semestre com o Projeto Mundo EJA, de forma crítica e autônoma



A modernização das aldeias e mudanças nos costumes indígenas são tema de debate que os alunos da Educação para Jovens e Adultos (EJA) de Gurupi vão realizar nesta quinta-feira, 5 de dezembro, a partir das 19h, na Unidade Operacional do Sesc.

O encontro faz parte do projeto Mundo EJA – Júri Simulado e tem o intuito contextualizar as aprendizagens adquiridas durante a pesquisa educacional no decorrer do semestre com o Projeto Mundo EJA, de forma crítica e autônoma. “Queremos levar os alunos a compreender a

cultura indígena e avaliar o quanto a influência do homem branco interveio de forma positiva ou não, na cultura, classe social, crença, sexo, etnia ou outras características individuais e sociais do Índio”, explica a analista em Educação, Márcia Perini.

Confira a programação abaixo:

Fórum de Discussão

Abertura: 19h

Apresentação: Grupo 1 – 19h30

Tema: Desconhecidos chamados Índios

Objetivo: Discutir sobre a variedade de povos e culturas indígenas espalhados pelo Brasil e posteriormente, no Tocantins.

Curiosidades indígenas – 20h

Contribuição dos Professores da EJA durante as pesquisas dos alunos.

Apresentação: Grupo 2 - 20h10

Tema: Políticas Públicas de Proteção Indígena.

Objetivo: Refletir sobre os desafios atuais enfrentados pelas populações indígenas nos dias atuais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

Curiosidades indígenas – 20h50

Contribuição dos Professores da EJA durante as pesquisas dos alunos.

Intervalo: 21h

Apresentação: Grupo 3 - 21h30

Tema: Causas e consequências da dizimação do Índio Brasileiro

Objetivo: Identificar fatores que contribuíram para dizimar os indígenas brasileiros/tocantinenses.

Serviço

Mundo EJA – Júri Simulado

Data: 5 de dezembro

Horário: 19h

Local: Unidade Operacional do Sesc em Gurupi

Entrada gratuita

Informações: (63) 3301-2109

Imagem em alta resolução disponível para download em:
<http://www.flickr.com/photos/sescto/11193101636/>

Lideranças indígenas exigem a não publicação de portaria que altera procedimento de demarcação de terras
SÍTIO CIMI, 04.12.2013

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)



Depois de ocupar a parte exterior do Palácio do Planalto, em Brasília (DF), na manhã desta quarta, 4, a mobilização indígena se dirigiu ao Ministério da Justiça, cercando o prédio. A intenção do movimento era conseguir uma audiência com o ministro José Eduardo Cardozo para reivindicar a não publicação da portaria que visa modificar o procedimento de demarcação de terras indígenas, já tratado pelo Decreto 1775/96.

No final da semana passada, a minuta – espécie de esboço - desta portaria chegou às mãos de lideranças indígenas. Assinada pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a proposta gerou revolta entre as lideranças indígenas, como pode se comprovar por trecho da nota divulgada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

“Submisso aos propósitos do latifúndio, do agronegócio e de outros capitais interessados nos territórios indígenas e suas riquezas, o governo Dilma confirma com esta medida, se efetivada, o seu viés anti-indígena: o que menos demarcou terras indígenas e o que mais avançou na restrição ou supressão dos direitos indígenas, por meio de decretos e portarias inconstitucionais”.

Depois de rituais e protestos às portas do ministério, emissários do ministro Cardozo acordaram com as lideranças indígenas audiência entre 50 indígenas, sendo dez por região do país. Porém, quando entraram para o encontro, as lideranças foram informadas pelo assessor especial da Justiça, Marcelo Veiga, que Cardozo não poderia participar, pois teria outra agenda.

“Sabemos que o ministro esteve com integrantes da bancada ruralista para discutir essa portaria, mas não pode nos receber?”, expôs Sônia Bone Guajajara, da Apib. A liderança também questionou as razões que levaram Cardozo a enviar a portaria ao Congresso para apreciação dos parlamentares: “Não é um ato Executivo? Por que tem que ser apreciado lá (Congresso)?”.

As lideranças frisaram ao assessor de Cardozo que não querem discutir pontos da proposta de portaria. Ao contrário: exigem que ela não seja publicada. “Somos radicalmente contra porque
CONT.



já existe o Decreto 1775/96. O que se quer é criar mais obstáculos e dificuldades para a demarcação de terras. Lamentavelmente a postura do ministro e deste governo têm sido sempre a mesma em relação aos povos indígenas”, critica o cacique Neginho Truká.

Tentativa de divisão

As lideranças indígenas decidiram encerrar a audiência e requisitaram outro encontro, mas com o ministro Cardozo presente. O prazo determinado vence na sexta, 6, dia em que se encerra a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. Porém, Veiga, assessor de Cardozo, decidiu interpelar as lideranças, enquanto elas deixavam a sala da audiência: “Gostaria que vocês não entendessem essa portaria como uma imposição do governo, pois (...) ela faz parte de um acordo com os indígenas da CNPI: um grupo pequeno a analisaria e depois ela seria levada para a CNPI”.

A declaração de Veiga, conforme integrantes da bancada indígena da CNPI, não procede e atende às tentativas do governo de “tentar dividir o movimento”. O cacique Marcos Xukuru, membro da CNPI, é taxativo ao afirmar que não houve nenhum acordo envolvendo a proposta da portaria: “Mentira, isso nunca aconteceu. O ministro dizia que ia mudar o procedimento. Já vem dizendo há alguns meses, porém em nenhum momento apresentou nada na CNPI ou propôs qualquer tipo de acordo envolvendo essa portaria”. Na semana que vem, a CNPI se reúne em Brasília e tratará do assunto.



“Quem faz milícia são os índios”, disparam produtores rurais

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 04.12.2013

Produtores rurais e o deputado estadual Zé Teixeira (DEM) dispararam contra os indígenas, alegando que o que se vive hoje em Mato Grosso do Sul é a criação de milícia dos próprios índios.

“Quem faz milícia são os índios”, disparou Francisco Maia, presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul).

Segundo Maia, a própria Polícia Federal relatou a criação de milícias indígenas. “Quando tivemos encontro com o ministro da Justiça, um delegado afirmou que quando foi realizar uma reintegração de posse, a PF foi recebida por uma verdadeira milícia armada, isso quem falou foi um delegado”, comentou, sem citar o nome do delegado federal.

As entidades de produtores rurais se reuniram na tarde desta quarta-feira (4), para decidir quais ações serão feitas sábado (7), após suspensão do Leilão da Resistência, que arrecadaria fundos para a proteção de invasões indígenas nas propriedades rurais do estado. Eles tentaram derrubar a decisão, e realizar o evento.

“O que fizeram na fazenda do Ricardo Bacha é que foi trabalho de milícia”, defendeu o deputado estadual Zé Teixeira (DEM), lembrando a invasão da Fazenda Buriti.

Segundo palavras do deputado, os indígenas estariam armados com revólveres e muita munição. “Eles se reúnem e montam grupos armados para invasões”, afirmou.

Ainda segundo Zé Teixeira, os produtores rurais estão sendo responsabilizados por crimes que não cometem. De acordo com ele, foram 196 assassinatos de indígenas nos últimos anos, porém com 95% deles realizados por outros índios.

“É índio matando índio, e aí parece que o produtor que é criminoso”, emendou o parlamentar.



Adeus Terras Indígenas

SÍTIO CIMI, 05.12.2013

Mais um decreto de extermínio. Aliás, uma minuta carimbada pelo Ministro da Justiça, com tonalidades do Ministro Adams, da Advocacia Geral da União (AGU), em sintonia com os ruralistas e o que de mais reacionário existe nas elites civis e militares brasileiras.

Quando, em agosto de 1996 o então ministro da Justiça Nelson Jobim, a título de “agilizar e democratizar” os procedimentos de regularização das terras indígenas, editou o Decreto 1775 houve um grito geral dos povos indígenas e de seus aliados. Seria o começo do fim da demarcação das terras indígenas, além de ter aspectos nitidamente inconstitucionais. Mobilizações indígenas se deram em todo o país, exigindo a revogação. A pressão do movimento indígena e de setores da sociedade fez com que a desgraça não fosse pior. O primeiro a descumprir o Decreto, nos prazos estabelecidos foi o próprio governo. Mesmo assim alguns processos de demarcação avançaram. Foi, então, que o agronegócio entrou em campo para exigir a paralisação total do reconhecimento das terras indígenas.

Consideram o Decreto 1775/96 inconstitucional e pediram sua revogação, além de pedir a extinção da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Com os governos Lula e Dilma se imaginava que a situação não poderia piorar. Aliás, logo no início de seu mandato, Lula prometeu a demarcação de todas as terras indígenas até o final de seu primeiro mandato. O que evidentemente não aconteceu, nem até o final do segundo mandato. Reconheceu que o Estado brasileiro continuava com uma enorme dívida histórica para com os povos indígenas. Passou a dívida a Dilma. No final do terceiro ano, tendo no horizonte a Copa do Mundo, e as eleições, decidiu aumentar e arrolar a dívida com os povos originários, especialmente no que diz respeito à demarcação e garantia das terras indígenas. A proposta de minuta do Ministério da Justiça nada mais é do que o cínico lavar as mãos acatando as genocidas propostas do agronegócio. Algo maquiavélico.

E a terra vermelha o levou

Ambrósio Kaiowa acaba de ser enterrado, na terra reconquistada de Guyraroka. Parte com as lutas, contradições, revoltas e iras de seu tempo. Sua luta de retomada da terra contrariou grandes interesses multinacionais e de políticos. Estava cercado de cana, sofrendo com o envenenamento da terra e das águas. Fez inúmeras denúncias em tom enfático. Participou do movimento de luta Kaiowá Guarani, chegando a ser escolhido para o Conselho da Aty Guasu. Confinado, com sua comunidade em 60 hectares, do total de 12 mil hectares definidos por portaria declaratória como terra indígena, conviveu com muitas dificuldades, tensões e conflitos internos, nos últimos tempos. Se tivessem seu território livre, certamente, a realidade seria diferente e o desfecho de sua vida, outro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

Ambrósio teve projeção nacional e internacional pela sua expressiva atuação no filme

Terra Vermelha, inspirado na luta do processo de retomada da terra, e que procurou retratar esse aspecto crucial para todos os Kaiowá Guarani, que é a privação de suas terras. Esse fato certamente teve consequências de não fácil dimensionamento.

Guyraroká foi uma das comunidades visitadas por inúmeras delegações, dentre elas a diretoria do Cimi e o então Secretário da CNBB, D. Dimas, hoje arcebispo de Campo Grande.

Nesta ocasião também recebeu a importante visita de índios Awá Guajá, do Maranhão, que lhe entregaram um pacote de flechas.

Na sua aldeia estava previsto a realização de Encontro Continental Guarani, porém o encontro foi vetado pelo governador do estado, vindo a se realizar meses depois em Anhetetê, no Paraná.

Ambrósio foi uma dessas lideranças que marcou a luta desse povo por seus direitos, não se livrando das contradições inerentes à sua personalidade e vítima de toda a estrutura de racismo e ódio que envolve a questão indígena no Mato Grosso do Sul.

Comissão aprova cotas para negros em concursos públicos

SÍTIO INSTITUTO LUÍZ GAMA, 05.12.2013



A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (4) o projeto de lei do Executivo (PL 6738/13) que reserva 20% das vagas de concursos públicos para negros. O projeto será analisado pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Em seguida, vai ao plenário.

As cotas valerão em concursos realizados no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. A lei terá vigência pelo prazo de dez anos e não se aplicará aos concursos cujos editais já tiverem sido publicados antes de sua entrada em vigor.

O relator, deputado Vicentinho (PT-SP), rejeitou as seis emendas apresentadas. Ele disse que o objetivo é reparar uma injustiça social que pode ser verificada na própria Câmara onde, dos 513 deputados, apenas 40 são negros.

"É preciso que haja um momento em que a cor não seja quesito para a exclusão, para a humilhação e sobretudo, para a violência. Já está comprovado que os jovens negros são os maiores vítimas são as maiores vítimas na violência que temos hoje", disse Vicentinho.

Mas, para o deputado Sílvio Costa (PSC-PE), único a votar contra na comissão, a proposta é inconstitucional porque a Constituição diz que todos são iguais perante a lei.

CONT.



"Quem respeitou a raça negra hoje fui eu. Porque a raça negra não é sub-raça. O sistema de cotas é inconstitucional, apesar de o Supremo ter cedido à pressão corporativista de parte da opinião pública e ter dito que é constitucional. A grande questão é a seguinte: Lá no sertão do Pajeú (PE), você tem uma grande quantidade de pobres que são brancos. Hoje eles sofreram um golpe aqui"

Silvio Costa disse ainda que, durante a votação do projeto, sugeriu que a cota fosse destinada a estudantes negros que comprovassem ter estudado pelo menos sete anos em escola pública. Mas a sugestão foi rejeitada.

Segundo a proposta, os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso. Se forem aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência, os candidatos negros não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

Índios e quilombolas de Oriximiná cobram demarcação de suas terras

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 05.12.2013

Expulsos ao longo da década de 1950 e da ditadura dos territórios originais, indígenas do Pará iniciaram retorno no final do século passado, e agora aguardam demarcação sob pressão de mineradoras



Belém – A relação entre índios e quilombolas na Amazônia é marcada por momentos de parcerias e conflitos. No município de Oriximiná, oeste do Pará, o momento é de somar forças para cobrar das autoridades a titulação das terras que ocupam. Na região vivem cerca de 3.400 indígenas de, pelo menos, dez etnias diferentes e aproximadamente 8.000 quilombolas divididos em 35 comunidades. É uma das áreas com maior concentração de comunidades tradicionais do país.

Com o apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo e da ONG Iepé, índios e quilombolas de Oriximiná se mobilizam em uma campanha pela titulação imediata de suas terras, aproveitando a Semana Nacional de Mobilização, convocada pela Articulação de Povos Indígenas do Brasil (Apib). A campanha, lançada em um ato público na noite de quarta-feira (2) em Belém, tem o objetivo de pressionar instituições como Incra e Funai a darem andamento aos processos de titulação, atualmente paralisados dentro de seus escritórios.

Juventino Kaxuyana, liderança dos índios Kaxuyana, entende que é necessário aglutinar forças para que a campanha pela titulação seja vitoriosa. “Nós estamos aqui, no Pará, mas tem gente em Brasília e em outros lugares pedindo a mesma coisa que nós, que nossas terras sejam demarcadas”, diz o líder indígena. Em Oriximiná, há três territórios indígenas já homologados e um quarto, a Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana, em processo de titulação. Para os povos indígenas dessa região do país, a conquista dos títulos de terra faz parte de uma luta pelo reconhecimento de sua própria origem.

CONT.



Desde a década de 1950 e durante a ditadura (1964-85), os índios foram estimulados por missões militares e religiosas a abandonar suas terras e se juntar em grandes aldeias sob o olhar atento da Funai. No entanto, desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, esses povos começaram um movimento de migração de retorno às suas áreas de origem. "Tentaram levar a gente para outro 'canto', mas a gente não se acostumou fora de lá. Eu voltei para as nossas terras e comecei a lutar pelo retorno do nosso povo, porque é lá que é nosso lugar", afirma Juventino.

Segundo informações dos indígenas e da Comissão Pró-Índio, o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), documento necessário ao andamento do processo de titulação da terra indígena, está na mesa da presidência da Funai desde abril deste ano, esperando pra ser assinado e publicado no Diário Oficial da União.

Remanescentes de quilombos e a mineração

Um dos riscos enfrentados pelos povos tradicionais de Oriximiná é provocado pela alta concentração de bauxita, matéria-prima do alumínio, em seu subsolo. Área de atuação da Mineração Rio do Norte (MRN), que já possui uma planta de extração do minério no município, a atividade mineradora já avança sobre as áreas atualmente ocupadas por remanescentes de quilombos que, sem a titulação de suas terras, se sentem vulneráveis ao avanço da economia mineral.

Desde o ano passado, a MRN realiza pesquisas nas áreas reivindicadas pelas comunidades quilombolas do Alto Trombetas. A abertura de estradas no meio da mata, o uso de tratores e outras máquinas pesadas e a presença de cerca de 60 funcionários da mineradora têm incomodado os quilombolas, que dizem já sentir o impacto destas atividades. "A gente se assustou quando viu a mineração chegando em nossas terras já com trator, desmatando para fazer estrada. Essa situação do acesso da mineração só tem servido pra desmatar, espantar os animais que a gente consumia, e, quando ainda há animais, eles ficam dentro da área da mineração em que a gente não pode entrar", diz o agricultor Domingos Printes, representante de uma das comunidades quilombolas da região.

Para tentar fazer frente a esse avanço da mineradora, os quilombolas pedem que as atividades da MRN sejam totalmente suspensas na área que ocupam, até que o título de sua terra seja garantido. Atualmente, a situação da titulação desse território é similar a dos indígenas: o Relatório Circunstanciado de Identificação e Demarcação (RCID) aguarda o despacho da presidência do Incra, em Brasília, onde está parado, mesmo tendo sido concluído em abril deste ano.

Em nota, a MRN informou que a prospecção mineral que realiza na área em questão possui todas as autorizações legais do Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Departamento Nacional de Produção Mineral. A empresa diz também que um possível projeto de exploração mineral na área, caso haja concessão de todas as licenças legais, estaria previsto para iniciar em 2021. Além disso, a MRN diz que tem mantido o diálogo com as comunidades quilombolas e que, só em 2013, cinco reuniões já foram realizadas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

A coordenadora da Comissão Pró-Índio, Lúcia Andrade, diz que, apesar de o diálogo com a mineradora existir, pouco se consegue avançar na pauta dos quilombolas a partir dele. "São reuniões em que nada é encaminhado", diz a coordenadora. Ela acrescenta que devido à dificuldade de se avançar por meio desses canais é que indígenas e quilombolas decidiram "colocar o bloco na rua", para dar visibilidade às suas reivindicações e ganhar apoio da opinião pública para a causa.

"Apesar da ação da mineradora ser autorizada legalmente, nós achamos justa e defendemos a reivindicação das comunidades quilombolas de que não haja qualquer ação da mineradora em suas terras antes que haja a titulação", diz Lúcia. A coordenadora vislumbra na mobilização pela titulação das terras a chance de realizar também um debate amplo sobre os caminhos para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, em que os protagonistas sejam os próprios índios e quilombolas.



Após anos de disputa, MT tem primeira desapropriação com objetivo social
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.12.2013

Inkra inicia regularização de área quilombola na Fazenda Mato Grosso

Expresso MT – A Justiça Federal autorizou a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no Mato Grosso, a desapropriar uma das fazendas que fazem parte do território quilombola de Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento, na Baixada Cuiabana. Trata-se da primeira desapropriação por interesse social para regularização de área quilombola no estado.

A secretária da Associação Sesmaria Boa Vida Quilombo Mata Cavalo, Gonçalves Eva de Almeida, recebeu a notícia com alegria. Segundo Dona Gonçalves, a associação prepara uma festa no dia 15 de dezembro para comemorar a vitória.

A desapropriação faz parte de um processo que culminou em despacho da Justiça Federal expedindo mandado que autoriza o Incra a tomar posse da fazenda “Livramento”, com área de 164 hectares. “É a primeira de várias outras ações que estão por vir”, afirma o chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra (MT), Rinaldo Cosme Marques Dias.

De acordo com o Procurador Federal, o Incra comprovou o depósito da indenização prévia a ser paga aos expropriados e agora aguarda o cumprimento do mandado por Oficial de Justiça. O Incra ainda deverá publicar editais dando conhecimento da decisão a terceiros.

Há ainda outros 48 imóveis a serem desapropriados pela autarquia no território quilombola. Destes, 15 já foram vistoriados para cálculo das indenizações. “Temos esperança de que obteremos êxito em todas as demais ações”, afirma o superintendente regional do Incra/MT, Valdir Barranco. “A decisão judicial favorável ao Incra coroa o trabalho das nossas equipes técnicas e jurídicas e, sobretudo, traz justiça às famílias remanescentes do quilombo Mata Cavalo, que conquistam seu território após 125 anos da Lei Áurea”.

O Quilombo Mata Cavalo possui 14.400 hectares e foi doado por Ana da Silva Tavares em 1.883 aos seus ex-escravos. Segundo Gonçalves de Almeida, sempre houve conflitos com invasores das terras doadas aos negros. No entanto, na década de 90 parte da área foi invadida e os descendentes de escravos foram inclusive expulsos de suas terras, e viram as casas em que habitaram por gerações serem demolidas.

Em 2002 o então procurador da República Pedro Taques ingressou com ação na Justiça pedindo o reconhecimento do direito de posse das famílias que habitavam a região há mais de 130 anos. Para Gonçalves, a ação foi fundamental para impedir os abusos e desmandos.

“Recebíamos ameaças e havia na Justiça diversas ações que pesavam em contrariedade ao

CONT.



quilombo. Procuramos ajuda no Ministério Público e conseguimos provar em vários casos que os papéis dos que pediram a nossa terra tinha origem falsa”, disse, referindo-se a fraudes em títulos.

Em 2009, na data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto reconhecendo o território quilombola de Mata Cavalos como de interesse social, possibilitando ao Incra iniciar a desapropriação dos imóveis rurais que integravam as terras.

Agora, com a imissão na posse, o Incra pode destinar a terra para o uso coletivo das 418 famílias remanescentes de quilombo que vivem no local, o que representa o reconhecimento da posse. A titulação se dará quando outros imóveis que compõem o território forem desapropriados para o mesmo fim.

Incra inicia regularização de áreas quilombolas em Minas Gerais e Mato Grosso
SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 05.12.2013

Ação integra conjunto de atos que serão assinados pela presidenta Dilma Rousseff nesta quinta-feira (5/12), às 15h, na Sala de Reuniões do Palácio do Planalto



Minas Gerais - Na última semana, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) recebeu a posse de imóveis do Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais, e iniciou a desapropriação de uma das fazendas que fazem parte do território quilombola de Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento, em Mato Grosso. As ações integram um conjunto de atos e medidas a serem assinados pela presidenta Dilma Rousseff nesta quinta-feira (5/12), às 15h, na Sala de Reuniões do Palácio do Planalto, em Brasília/DF.

O documento marca o avanço na implementação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Também participam das iniciativas o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra, em articulação com a Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), além do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Com relação às desapropriações em Minas Gerais, a Superintendência Regional do Incra/MG foi imitida na posse das fazendas Nossa Senhora Aparecida, São Miguel e Lagoa da Varanda, que fazem parte da área reivindicada pela comunidade quilombola Brejo dos Crioulos. Os imóveis somam aproximadamente dois mil hectares. A área total requerida é de 17 mil hectares, com localização nos municípios mineiros de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia.

Outras quatro fazendas já tiveram ação de desapropriação ajuizadas pela Procuradoria Federal especializada junto ao Incra/MG e aguardam o mesmo procedimento. O Incra/MG analisa a



possibilidade de transmitir a posse aos membros da comunidade antes mesmo da titulação coletiva.

A imissão na posse é um dos procedimentos na ação de desapropriação para que a autarquia possa ter a área transcrita em seu nome no cartório de registro de imóveis correspondente, para a posterior titulação coletiva da comunidade.

Mato Grosso - a Justiça Federal autorizou a Superintendência do Incra/MT a desapropriar uma das fazendas que fazem parte do território quilombola de Mata Cavalo, localizado no município de Nossa Senhora do Livramento, na Baixada Cuiabana. Trata-se da primeira expropriação por interesse social para regularização de área quilombola no estado.

A secretária da Associação Sesmaria Boa Vida Quilombo Mata Cavalo, Gonçalves Eva de Almeida, recebeu a notícia com alegria. Segundo Dona Gonçalves, a associação prepara uma festa no dia 15 de dezembro para comemorar a vitória.

A desapropriação faz parte de um processo que culminou em despacho da Justiça Federal expedindo mandado que autoriza o Incra a tomar posse da fazenda "Livramento", com área de 164 hectares. "É a primeira de várias outras ações que estão por vir", afirma o chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra/MT, Rinaldo Cosme Marques Dias.

De acordo com o Procurador Federal, o Incra comprovou o depósito da indenização prévia a ser paga aos expropriados e agora aguarda o cumprimento do mandado por Oficial de Justiça. O órgão ainda deverá publicar editais dando conhecimento da decisão a terceiros.

Há ainda outros 48 imóveis a serem desapropriados pela autarquia no território quilombola. Destes, 15 já foram vistoriados para cálculo das indenizações. "Temos esperança de que obteremos êxito em todas as demais ações", afirma o superintendente regional do Incra/MT, Valdir Barranco. "A decisão judicial favorável ao Incra coroa o trabalho das nossas equipes técnicas e jurídicas e, sobretudo, traz justiça às famílias remanescentes do quilombo Mata Cavalo, que conquistam seu território após 125 anos da Lei Áurea".

Fontes : INCRA/ SEPPIR



Dilma anuncia desapropriação e posse para comunidades quilombolas

SÍTIO NO MINUTO, 05.12.2013

Em seu Twitter, a presidente do Brasil anunciou a desapropriação e emissão de posse para Comunidades Quilombolas no CE, MA, MG, PA, PB, RN e TO.



A presidente Dilma Rousseff (PT) anunciou nesta quinta-feira (5) em sua conta no Twitter a desapropriação e emissão de titularidade às comunidades Quilombolas nos estados do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Tocantins e Rio Grande do Norte.

"Hoje avançamos no resgate histórico c/ desapropriação e imissão de posse para Comunidades #BrasilQuilombola no CE, MA, MG, PA, PB, RN e TO. Além de reconhecer e titular os territórios, vamos também assegurar às famílias #BrasilQuilombola o acesso ao crédito subsidiado do Pronaf", comentou Dilma.

A entrega de titularidade faz parte do

Programa Brasil Quilombola lançado em 2004 pelo governo federal.

A regularização fundiária, segundo Dilma é o primeiro passo para corrigir os erros históricos do Brasil. "Estamos criando as condições para superar a exclusão social que marca as comunidades formadas pelos escravos que se revoltaram e construíram suas vidas em comunidades protegidas da sociedade escravagista. A base dessa mudança é a regularização fundiária que garante a cada comunidade #BrasilQuilombola a terra que lhe dá identidade", frisou.

Quilombolas

Existem comunidades quilombolas em pelo menos 24 estados do Brasil e mais de duas mil comunidades espalhadas pelo território brasileiro que lutam pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição Federal desde 1988.

Caetité: II Seminário Internacional de Educação Integral DESTACA a Escola da Comunidade Quilombola de Sambaíba.
SÍTIO CAETITÉ NOTÍCIAS, 05.12.2013



A Escola Municipal Vinte e Cinco de Dezembro, localizada na Comunidade Quilombola Sambaíba, no município de Caetité – BA, foi destaque no II Seminário Internacional de Educação Integral em Jornada Ampliada que aconteceu nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2013 em Brasília – DF. A Escola foi apresentada no Seminário através de um vídeo documentário que relatou o dia a dia da unidade escolar que atende 68 alunos, e será contemplada com o Programa Mais Educação – Educação Integral em 2014, implementando as atividades que a escola já desenvolve na localidade.

O Seminário apresentou a escola, através de um vídeo documentário gravado na comunidade de Sambaíba, que a classificou entre as 10 experiências exitosas do Programa Mais Educação pelo Brasil. O vídeo gravado pela UNESCO pode ser acessado no site do MEC ou no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=Hfb-mPleVIU>. Confira.

Para a Secretária Municipal de Educação, Cultura Esporte e lazer, Rosemária Joazeiro, a Escola de Sambaíba funciona como uma importante articuladora da sociedade local. “Dentro de uma tradição, de uma memória, de uma identidade, a escola vem desempenhando um papel representativo, sem dúvida, um marco dentro da comunidade”, avaliou a secretária.

Fonte: Redação Online ASCOM PMC.

Saiu finalmente no D.O.U. a exoneração do coordenador do Distrito Sanitário Indígena de MS. Ele já havia 'saído' em 15/10
SÍTIO JORNAL DO SENADO, 18.11.2013



Em momento tenso da reunião, indígenas viram as costas para Nelson Olazar (Foto: MPF MS)

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, finalmente mandou publicar no Diário Oficial de ontem, 4 de dezembro, a demissão de Nelson Carmelo Olazar da coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Mato Grosso do Sul. Embora a portaria (2.938) diga que a exoneração tenha sido a pedido, a realidade é bem outra: ela foi exigida por lideranças indígenas, que para isso ocuparam a sede do DSEI mais de uma vez, sendo a última de 18 de setembro a 10 de outubro de 2013, com duração de 23 dias.

A ocupação só terminou a partir de uma negociação conduzida pelo Ministério Público Federal, que para isso organizou reunião realizada em 15 de outubro, com a presença, entre outras, do secretário-substituto da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Fernando Rodrigues da Rocha, superior hierárquico do coordenador. Diante da atitude das lideranças das diversas etnias – Terena, Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Kinikinawa, Ofaié-Xavante e Kadiwéudos -, que se recusavam até a ouvi-lo e lhe deram as costas (foto acima), Nelson Carmelo Olazar teve que entregar o cargo, pedindo demissão que foi aceita na hora por seu superior. Apesar disso, Padilha levou quase dois meses para oficializar a saída, e ainda sem indicar seu substituto.



Carta de repúdio a violência da mídia contra os indígenas

SÍTIO UFSC, 05.12.2013

Carta de repúdio às manifestações e ações anti-indígenas de SC

Nós, organizações, entidades e pessoas abaixo assinados, vimos a público manifestar nosso repúdio aos meios de comunicação RIC Record, Grupo RBS, Blog do Jornalista Moacir Pereira, Jornal Cidade de Joinville, Sites como Antropowatch e Questão Indígena, que, nos últimos meses, têm veiculado notícias falaciosas e preconceituosas, além de fomentar opiniões declaradamente anti-indígenas. Estes veículos que deveriam primar pela verdade, pela imparcialidade e pela transparência, bem como respeito a Constituição, têm, ao contrário, veiculado apenas informações distorcidas e visões dos grupos que se opõem aos direitos dos povos originários, sem dar espaço a outros setores da sociedade e aos próprios indígenas.

Não permitem que se expresse a voz das lideranças desses povos, omitem as principais razões da situação de vulnerabilidade dos indígenas e criminalizam movimentos sociais e profissionais, especialmente indigenistas, antropólogos e operadores do direito, que, no responsável exercício de suas funções, atuam no sentido de colocarem em prática os preceitos constitucionais.

Lamentamos a ignorância e o desconhecimento de pessoas desinformadas que atacam as culturas indígenas em todos seus aspectos, especialmente no tocante aos seus direitos territoriais, garantidos pelas Constituições Federal (Artigo 231) e Estadual (Artigo 192), que se referem ao direito à terra, condição crucial para manutenção de seus usos costumes e tradições. Destacamos ainda que o Brasil é signatário também da Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007, que reconhecem os direitos humanos e territoriais desses povos originários.

Não culpamos pessoas que, muitas vezes, de forma tão difícil quanto a dos indígenas tentam sobreviver num país desigual e injusto como o Brasil. Mas não podemos aceitar que empresas que recebem do Estado concessão pública dos meios de comunicação, destinadas a informar a população, produzam e reproduzam inverdades, promovam o preconceito étnico, calem as vozes indígenas e induzam a população à violência contra esses povos! O poder público e estas empresas são responsáveis pela observância dos princípios constitucionais, no que tange ao direito de todos os cidadãos à informação correta (Art. 221).

Os órgãos públicos devem controlar o que estas empresas e grupos veiculam de forma leviana e insidiosa, obrigando-os a trazerem informações adequadas, verídicas e imparciais, ao contrário do que vem sendo feito. Consideramos especialmente grave a omissão das vozes de atores fundamentais envolvidos no processo de reconhecimento dos direitos dos povos originários, em especial, das lideranças indígenas.

Os povos indígenas de SC (Guarani, Kaingang e Xokleng), desde décadas têm participado,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

pacientemente, de negociações com diversos órgãos, na expectativa de verem seus direitos constitucionais efetivados. São centenas de famílias aguardando a homologação das terras indígenas Pindoty, Pirai, Tarumã, Morro Alto, Araçá'i e La Klãno. A demora no processo de reconhecimento das terras impede a reprodução da vida dos indígenas, e torna sua situação altamente insegura e precária. Os órgãos de imprensa, acima citados, contribuem mais ainda para o acirramento da vulnerabilidade, prejudicando não apenas as antigas gerações, mas também jovens e crianças indígenas.

Com relação à Terra Indígena de Morro dos Cavalos (Palhoça-SC) aguarda há duas décadas pela homologação de suas terras. Discordamos totalmente da ideia veiculada por estas empresas/imprensa de que as mortes, acidentes e engarrafamentos na BR 101 sejam de responsabilidade dos Guarani. Mas sim, são dos órgãos públicos as prerrogativas de fazerem a demarcação das terras e a construção dos túneis na região, conforme já foi determinado pelo TCU e acordado com o povo Guarani e com o DNIT. É a construção desses túneis que desintrusará a terra indígena, evitará congestionamentos da BR, e os frequentes acidentes e mortes.

Basta de violência! Basta de mentiras!

BASTA DE UMA IMPRENSA PARCIAL QUE DESINFORMA E É DESCOMPROMETIDA COM A VERDADE!

Pela homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos!

Pela homologação das terras indígenas Pindoty, Pirai, Tarumã, Morro Alto, Araçá'i e La Klãno!

Exigimos do DNIT a construção dos túneis no Morro dos Cavalos, que é a alternativa acordada e a mais viável econômica e ambientalmente, que garantirá condições dignas de moradia, de trabalho e de vida aos Guarani na região.

Pelo RECONHECIMENTO dos direitos dos povos originários!

Santa Catarina, dezembro de 2013.

Assinam esta carta:

COMISSÃO NEMONGUETÁ

CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGIENISTA – CIMI SUL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

COLETIVO CATARINA DE ADVOCACIA POPULAR

REDE NACIONAL DE ADVOGADAS E ADVOGADOS POPULAR – RENAP/SC

COLETIVO DIVUANT DE ANTRPOLOGIA – SC

NEPI- Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (UFSC)

NEA – Núcleo de Estudos Ambientais (UDESC)



“Justiça Federal suspende o leilão, e pistoleiro ameaça de morte o presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul”
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.12.2013

Publicada por Mauricio Guarani-Kaiowá Matos

Nota pública FETEMS sobre ameaça de morte ao presidente da nossa entidade

Indignados viemos a público denunciar essa barbaridade



A direção da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul) e dos seus 72 Simted's (Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação) filiados vem a público denunciar, que o presidente da nossa Federação, o professor Roberto Magno Botareli Cesar, foi ameaçado de morte, na tarde desta quarta-feira (4), por volta das 16:10, através de uma ligação no telefone oficial da entidade (067-3382-0036).

O indivíduo que realizou esta ação se identificou como “Mauricio Pistoleiro” e proferiu palavras de baixo calão, seguidas de ameaças contra a vida.

do nosso dirigente. Essa questão aconteceu logo após o resultado da intervenção dos movimentos sociais e sindicais na Justiça Federal que resultou na suspensão do chamado “Leilão da Resistência”, que estava sendo organizado por fazendeiros, com intuito de arrecadar recursos para a contratação de seguranças armados, nas áreas de conflito de terras com os indígenas sul-mato-grossenses, coincidência ou não, nós não vamos ficar de braços cruzados diante dessa intimidação

A FETEMS é a maior entidade sindical de Mato Grosso do Sul, o nosso presidente está neste cargo, que nos próximos anos com certeza poderão, como já foram, ser ocupados por outras pessoas da nossa luta, portanto o professor Roberto Botareli, representa atualmente mais de 25 mil filiados e como ele já tivemos vários e ainda teremos companheiros e companheiras a frente de nosso processo, portanto a ameaça a ele é a todos nós, já que temos um histórico de lutas não apenas pela educação de qualidade, como por uma sociedade mais justa, humana e igualitária, nestes 35 anos de história.

Em nossa opinião a intimidação, a ameaça oculta, é dos covardes, pois a luta que fazemos é transparente, nós colocamos a nossa cara, a nossa bandeira, nós vamos para as ruas, nos mobilizamos, nos unimos a toda a classe trabalhadora de nosso país, não temos medo, por isso nos indignamos quando passamos por situações como essa, afinal já perdemos muitos companheiros e companheira covardemente assassinados por defenderem um mundo mais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

justo, sem concentração de riquezas, com serviços públicos de qualidade, educação, saúde, infraestrutura e assim por diante.

Comunicamos que a Federação já tomou as providências cabíveis, tanto de segurança, quanto de denúncia e vamos dar todo o respaldo necessário para que não só o nosso presidente continue tocando a luta, como todos os nossos dirigentes e companheiros e companheiras dos movimentos sociais e sindicais de Mato Grosso do Sul, que estão unidos nessa e em outras causas da classe trabalhadora.

“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros” – Che Guevara.



Povos e comunidades tradicionais planejam atividades para 2014

SÍTIO CCOMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.12.2013



Comissão Pastoral da Terra – Uma comissão representativa da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais e das Pastorais do Campo se reuniu em Luziânia (GO) nos dias 2 e 3 de dezembro, para avaliar a caminhada deste ano e realizar o planejamento para 2014.

Participaram representantes das comunidades indígenas, quilombolas, pescadores e outras. O Conselho Indigenista Missionário, a Pastoral dos Pescadores e a Comissão Pastoral da Terra também marcaram presença.

O assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB, padre Ari Antonio dos Reis, acompanhou a reunião. No planejamento de atividades para o próximo ano, foram definidas cinco linhas de ação. Entre elas, reafirmar a identidade do grupo enquanto comissão das comunidades tradicionais, e continuar a fortalecer as lutas conjuntas nos Estados, priorizando a formação, articulação, mobilização e comunicação.

Ficou definido que no próximo mês de maio será promovido um encontro de formação e discussão política sobre as lutas enfrentadas pelas comunidades. Na ocasião, serão apresentadas propostas de encaminhamento para os próximos anos, com as estratégias e principais ações a serem desenvolvidas.

Índios e fazendeiro fazem acordo para dividir área

SÍTIO SUL NEWS, 05.12.2013

O acordo deverá durar até o governo se manifestar sobre a proposta de indenizar os produtores



Os índios não tem interesse pela sede, e sim pela pela área produzida

LIDIANE KOBER

Em audiência na Justiça Federal, índios da aldeia Moreira e o proprietário da Chácara Boa Esperança, a um 1,5 quilômetro de Miranda, fecharam, nesta quarta-feira, acordo para dividir a área, invadida desde nove de outubro.

Os indígenas vão devolver a Ernesto Milani a sede, que compreende a cerca de cinco hectares da propriedade e vão continuar produzindo milho e feijão nos outros seis hectares da chácara.

O acordo deverá durar até o governo se manifestar sobre a proposta de indenizar os produtores para devolver as áreas aos índios. "É uma prova de que não queremos briga", disse o líder da Aldeia Moreira, Paulino Terena. Segundo ele, 2,4 mil índios estão "confinados" em 45 hectares de terra no município e não tem mais aonde produzir.

Na sede da propriedade, Milani tem a empresa Trator Mil, uma das principais fontes de receita da família. "Os índios não tem interesse pela sede, mais pela área produzida", frisou o advogado da comunidade Moreira, Luiz Henrique Elóy.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

Apesar do acordo, segundo Paulino, o clima continua tenso em Miranda. “Não tem como negar”, disse. Questionado se novas invasões podem ocorrer no município, ele não confirmou, nem negou a possibilidade. “Por enquanto, vamos deixar isso em segredo”, desviou.



Indígenas cercam Palácio do Planalto e pedem audiência com ministro da Justiça

SÍTIO SUL 21, 05.12.2013

Da RBA



Índios de várias etnias protestaram em frente ao Palácio do Planalto. Os manifestantes entraram em confronto com seguranças ao tentarem subir a rampa que dá acesso ao local | Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Depois de cercarem o Palácio do Planalto, em Brasília, na manhã de quarta-feira (4), cerca de 1,2 mil índios de várias etnias se dividiram em manifestações no Congresso Nacional e diante do Ministério da Justiça. O grupo protesta contra o que classifica como mais uma iniciativa do governo federal para inviabilizar a demarcação de terras indígenas: uma minuta de portaria que regulamenta o Decreto 1.775, de 1996, e modifica o processo de reconhecimento de novos territórios.

"A gente entende que a minuta servirá apenas para dificultar ainda mais o processo de identificação e demarcação de terras", explicou à Agência Brasil Sônia Guajajara, uma das coordenadoras da Articulação de Povos Indígenas do Brasil (Apib), entidade que convocou o protesto. As lideranças querem se reunir com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para questioná-lo pessoalmente sobre a medida. "O governo federal e o Congresso estão aliados para atacar e diminuir os direitos indígenas, principalmente os territoriais, favorecendo o agronegócio e o latifúndio."

Ao perceber a chegada dos índios, seguranças fecharam todas as portas de acesso ao Palácio do Planalto. Os manifestantes rodearam o edifício e tentaram passar pela entrada lateral. Fazendo barulho e carregando faixas com pedidos de "demarcação de terra urgente", alguns manifestantes forçaram a passagem, entrando em confronto com a segurança. Alguns agentes chegaram a usar spray de pimenta para dispersar o grupo.

Após cerca de meia hora no local, parte do grupo seguiu para o Congresso. Outra parte se reuniu diante do Ministério da Justiça, impedindo o acesso dos servidores que chegavam. Policiais militares reforçam a segurança do local. Representantes do ministério estão negociando com os líderes do protesto. Segundo a assessoria do ministro José Eduardo Cardozo, ele pretende receber uma delegação indígena para discutir o tema.

A minuta de portaria é uma resposta da administração Dilma Rousseff a uma antiga demanda dos proprietários de terra e produtores rurais do país, que exigem participar de todas as fases do processo de demarcação de territórios indígenas. Seus representantes no Congresso, reunidos na bancada ruralista, costumam desacreditar o trabalho da Fundação Nacional do

CONT.



Índio (Funai), órgão responsável pelos estudos antropológicos e delimitação das reservas passíveis de reconhecimento. Para o agronegócio, os servidores da Funai são parciais e defendem apenas os interesses dos índios.

Em 2013, várias iniciativas parlamentares, entre propostas de emenda à Constituição e projetos de lei, tentaram modificar a legislação vigente sobre demarcações. Os índios protestaram e, por enquanto, conseguiram barrá-las. O governo também ajudou a congelar algumas delas, retirando seu apoio. Foi o caso da PEC 215, que pretendia transferir ao Congresso a palavra final sobre demarcações – hoje uma prerrogativa exclusiva do Executivo. No entanto, o Planalto prometeu aos produtores rurais encontrar uma solução para dar mais “transparência” ao processo.

Assim, na última quinta-feira (28), apresentou a parlamentares e lideranças indígenas a minuta de portaria para regulamentar o Decreto 1.775/1996. Os ruralistas viram o texto com bons olhos, apesar de acharem que a proposta ainda dá muito poder à Funai. Os índios, pelo contrário, criticam alterações no processo de demarcação. A principal divergência está na permissão para que “qualquer interessado” possa participar dos grupos de estudo que servirá de base para a demarcação. Eles também se opõem à criação de fóruns de contestação fora da Funai.

“Há um momento em que as autoridades, e o ministro da Justiça, principalmente, têm que se posicionar e atuar para que os direitos sejam cumpridos, para implementar o que já é garantido constitucionalmente, e não adiar ainda mais isso”, continua Sônia Guajajara. “O efeito da demora na demarcação de novas terras indígenas é tensionar ainda mais a situação. O governo e o ministro pensam que estão mediando, apaziguando as tensões, mas os conflitos só vêm aumentando.”

Além de criticar a minuta, os índios também cobram a apuração de crimes contra os povos indígenas, como o assassinato do cacique guarani-kayowá Ambrósio Vilhalba, da Guýraroká, em Cristalina (MS). Vilhalba foi encontrado morto na última segunda-feira (2). A Polícia Civil do Mato Grosso do Sul deteve dois suspeitos e investiga se a morte foi consequência de rixas entre o cacique e outras lideranças da aldeia.

“O governo deve deixar de promessas e cumprir o que prometeu para nós. Hoje você vê o povo indígena lá em Mato Grosso do Sul sendo assassinado por fazendeiros, por grandes pecuaristas, que querem tomar a terra do índio. Queremos demarcação de terras urgente. Não dá mais para aguentar. Também queremos direito à saúde e à educação. E respeito ao povo indígena”, disse o índio kinikinau Nicolau Flores.



Índios vetam político na chefia da Sesai de MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 05.12.2013

Ministério fará plano emergencial para recuperar saúde Indígena de Mato Grosso do Sul. Enquanto isso, índios e políticos disputam indicação do novo chefe da Sesai



Lideranças de todo país participam de conferência para buscar solução à Saúde Indígena

Lideranças indígenas e parlamentares da bancada federal do PT de Mato Grosso do Sul disputam a indicação do novo chefe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) de MS. Se por um lado a bancada estaria defendendo, segundo os indígenas, o nome do ex-candidato a prefeito de Sonora, Cleber Fernandes de Moura (PT) para o cargo, por outro, as lideranças indicam o terena douradense Fernando de Souza como novo chefe da Sesai. Ele substituiria Nelson Olazar que teve a exoneração oficialmente publicada ontem.

De acordo com o indígena Valcélvio Terena, da aldeia Buriti de Sidrolândia, a comunidade quer um indígena à frente da Secretaria. "Nós não vamos aceitar esta proposta da bancada do PT. Queremos sair daqui de Brasília com a garantia da nomeação de Fernando de Souza para a coordenação da Sesai. Vamos fazer o que for necessário para conquistar este objetivo", destaca observando que esta decisão da Sesai nacional deverá ocorrer até a próxima sexta-feira, quando termina a Conferência Nacional de Saúde Indígena.

PLANO EMERGENCIAL

De acordo com as lideranças de Dourados que acompanham a Conferência, o ministro da Saúde Alexandre Padilha determinou a elaboração de um plano emergencial para restabelecer a saúde Indígena de Dourados que estaria em crise. Segundo o líder terena Fernando de Souza as lideranças entregaram um dossiê sobre a situação crítica no atendimento a Saúde nas aldeias.

"Uma equipe de Brasília virá in loco analisar a situação e preparar um plano que deverá ser colocado em prática de forma imediata", destaca. Segundo ele, em nível nacional a Conferência recebeu mais de 1 mil propostas para melhorar a Saúde Indígena. Destas, 35 são de Mato Grosso do Sul e estão relacionadas a soluções para a burocracia no abastecimento das Unidades de Saúde, compra de materiais e manutenção de serviços básicos como a frota de veículos que está sucateada em todo o Estado. "Tudo será analisado e formará uma grande

CONT.



proposta que servirá para mudar a política de Saúde indígena em todo o território Nacional”, explica.

OUTRO LADO

Nelson Olazar pediu exoneração do cargo no último dia 15 durante a Conferência Distrital da Saúde Indígena que foi marcada por ondas de protestos.

O chefe da Sesai Nelson Olazar alegou na época que não suportou a pressão e que foi vítima de acusações difamatórias. “Me acusaram de incompetência e fizeram insinuações perguntando onde está o dinheiro as Sesai, são incriminações sem foco, sem fundamentos, mas que desgastam”, reclama Olazar. Diante das acusações, ele nega que durante a gestão tenha sido desonesto. “Não admito que duvidem do meu caráter, é muito difícil fazer tudo certo e ainda ter gente falando mal, tenho um nome a zelar”, disse. De acordo com as lideranças até a definição do novo coordenador fica a frente da pasta o servidor da Sesai Luiz Antônio Júnior.

Fórum mundial debaterá a exclusão indígena no Brasil

SÍTIO PORTAL EBC, 05.12.2013



Mariana Tokarnia
Repórter da Agência Brasil

Brasília - Índio não tem direitos. Índio é preguiçoso, não é nem gente. Esses pensamentos permearam o Brasil até bem pouco tempo. A declaração é do mestre em antropologia social, Tonico Benites, indígena da etnia Guarani Kaiowá. Segundo ele, apenas em 1988, com a nova Constituição Federal é que os indígenas passam a ser considerados cidadãos. Os mais de 400 anos de exclusão impactam a vida dessa população até os dias de hoje.

Benites será um dos palestrantes do Fórum Mundial de Direitos Humanos, que acontecerá em Brasília de 10 a 13 de dezembro. Ele participará dos debates sobre o histórico do reconhecimento dos indígenas como detentores de direitos.

O Censo de 2010 mostra que quase 0,5% da população brasileira é indígena. São 896,9 mil de 305 etnias. Eles são responsáveis por 274 idiomas falados em território nacional, além do português.

"[Os indígenas] não vivem com qualidade, lutam para sobreviver. Lutam para ter comida, algo básico", diz o antropólogo. A maior parte da população indígena não tem acesso à saúde ou a educação de qualidade. Segundo dados do Portal Brasil, são 105,7 mil alunos indígenas matriculados em turmas do primeiro ao quinto ano, o que representa 51,7% dos que estudam e menos de um oitavo do total da população. São 4 mil indígenas em cursos de licenciatura intercultural em 20 instituições públicas, o que corresponde a 0,44% dessa população.

CONT.



Um dos grandes problemas enfrentados pelos indígenas é a demarcação de terras. Também de acordo com o Censo, foram identificadas 505 terras indígenas, que representam 12,5% do território brasileiro - 106,7 milhões de hectares -, onde residiam 517,4 mil indígenas (57,7% do total).

"Em dois dias passei por três territórios da etnia Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Apenas uma dela é reconhecida e isso não faz diferença. Nas três não havia escola ou assistência à saúde", descreve. "A legislação diz que esses serviços são direitos do cidadão. Não os encontrei nem mesmo no território já demarcado". Os conflitos também são muitos, por posse de terra. Em duas das aldeias que visitou, os caciques foram mortos em conflitos.

Para Benites, a situação é consequência de uma omissão histórica do Estado e a exclusão legal da população. Um passado que ainda reflete na atualidade. Segundo ele, é preciso sanar necessidades imediatas, por exemplo, a alimentação. Concomitantemente, se deve sanar questões que darão segurança a longo prazo, principalmente o direito a terra. Deve haver também uma política de reparação, defendeu.

"A reparação deve acontecer. Ao longo da história, os indígenas foram expulsos das terras e tratados como não humanos", ressaltou o antropólogo.

Tonico Benites também comentou a ação, em 2012, que envolveu as redes sociais. Usuários trocaram os sobrenomes nos perfis virtuais por "Guarani Kaiowá". A ação foi feita para prestar apoio aos indígenas durante período de conflitos. "Pelas redes socais, [os indígenas] puderam passar informações mais diretas, que muitos brasileiros não conheciam. Conseguiram chamar a atenção de jornalistas e de políticos".

O debate Reconhecimento e Direitos Humanos acontece no dia 11, a partir das 10h, e conta com a participação também do escritor e ativista paquistanês Tariq Ali e da jurista brasileira Ela Wiecko Volkmer de Castilho.

Edição: Marcos Chagas

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. Para reproduzir as matérias é necessário apenas dar crédito à Agência Brasil



Índios abrem cancelas do pedágio em protesto na BR-369 em Jataizinho
SÍTIO O DIÁRIO/LONDRINA, 05.12.2013

Um grupo de aproximadamente 30 índios liberou as cancelas do pedágio da BR-369, em Jataizinho (25 km de Londrina). O protesto começou por volta das 9h30 desta quarta-feira (4) e seguia pacificamente até o final da manhã.

Segundo informações da Econorte, concessionária que administra o trecho, os manifestantes se recusam a falar com os representantes da empresa. Eles exigem a presença da imprensa para passar as demandas do povo indígena, em especial o pedido por melhorias no atendimento à saúde e sua contrariedade sobre a subida do preço do pedágio.

Perto das 11h30, uma equipe da Polícia Rodoviária Federal se deslocava até o trecho para acompanhar o protesto, mas o trânsito seguia tranquilamente, sem obstáculos. O Sindicato dos Caminhoneiros está apoiando a mobilização.



Formação Indígena é discutida em mesa redonda organizada pelo Profebpar da UFMA
SÍTIO O PROGRESSO, 05.12.2013

Foi realizada na última segunda-feira (2), na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) de Imperatriz, uma mesa redonda com o tema "Educação Escolar indígena e Formação de Professores". O evento foi organizado pelo Programa de Formação de Professores para Educação do Plano de Ações Articuladas - PROFEBPAR - Imperatriz, e tinha como proposta discutir a educação escolar indígena fazendo uma articulação com a formação de professores.

O PROFEBPAR foi criado em 2009 e atua em mais de 40 municípios do Maranhão, possuindo mais de 2000 alunos. Oferece qualificação aos professores da rede municipal da Educação Básica que trabalham na área e não têm curso superior. O polo PROFEBPAR de Imperatriz possui atualmente uma turma de alunos, duas em Bom Jesus das Selvas, cinco turmas na cidade de Grajaú e três turmas em Lago da Pedra.

Integraram a mesa-redonda o cofundador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), diretor-presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisa (CINEP) e professor do curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Gersem Baniwa; o professor da UFMA, José Bolívar Paredes; o representante indígena e também professor, José Arão Guajajara; a coordenadora adjunta do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), São Luís, Eliane Oliveira Rocha e a coordenadora do polo PROFEBPAR de Imperatriz, Késsia Moura.

Durante a mesa, os convidados falaram sobre a necessidade de sensibilizar os professores desta região a contemplar as especificidades da educação indígena. O professor Gersem Baniwa fez um apanhado sobre educação indígena em nível nacional e sobre os princípios norteadores para a formação desses professores especificamente. "É preciso que se pense os professores indígenas enquanto profissionais multiculturais, multifuncionais e multilinguistas", explicou.

O professor da UFMA, José Bolívar, ressaltou a obrigação das instituições de ensino em oferecer educação de qualidade e inclusiva: "É necessário garantir educação para índios, quilombolas, para nós, para todos", afirmou.

O evento reuniu professores da rede de ensino de Imperatriz e estudantes do PROFEBPAR de Imperatriz, Grajaú e outras localidades. Após as discussões, foram lançadas propostas para resolução dos problemas enfrentados pelos indígenas. (Janilene Sousa e Sabrina Chamorro) -

Questão indígena: Minuta do governo é mero paliativo, diz Rural

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 05.12.2013



Segundo Ramalho, a minuta não resolve o cerne da questão, já que mantém a Funai apenas inclui outros órgãos [Estados, municípios, ministérios] como ouvintes, sem direito a voto

A minuta de portaria apresentada pelo Ministério da Justiça, com o objetivo de regulamentar o processo administrativo para demarcação de reservas indígenas, é um mero paliativo, e não resolve o problema da insegurança jurídica que paira sobre a questão.

A avaliação é do presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho da Silva, que junto ao conselheiro da entidade, Gustavo Diniz Junqueira, participou nesta terça-feira (03), de audiência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), com a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa-Civil.

Segundo Ramalho, a minuta não resolve o

cerne da questão, já que mantém a Fundação Nacional do Índio (Funai) como protagonista do processo, e apenas inclui outros órgãos [Estados, municípios, ministérios] como ouvintes, sem direito a voto.

“Isso vai de encontro à promessa feita pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Fica a impressão que o governo redigiu esta minuta, a fim de apenas mostrar publicamente que está dando um retorno, mas no fundo o texto não traz qualquer avanço significativo”, ressalta o presidente da Rural.

Ruben Figueiró cobra solução para conflitos por terras indígenas

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 05.12.2013



Ruben Figueiró (PSDB-MS) apoiou entidades de Mato Grosso do Sul que farão manifestação pública e venda de produtos no dia 7 de dezembro para arrecadar dinheiro a fim de divulgar, nos meios de comunicação, informações sobre a omissão do governo nos conflitos de terras entre agricultores e indígenas.

Ele reclamou que várias autoridades do governo foram consultadas para solucionar o problema, só que nada sai do papel. Por isso, o senador acredita que a última saída é procurar a própria presidente da República, Dilma Rousseff, e entregar a ela a reivindicação dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul.



Morte de líder indígena brasileiro repercute na Europa

SÍTIO DPB, 05.12.2013

O líder indígena guarani Ambrosio Vilhalva, que atuou no filme Birdwatchers, foi encontrado morto no Mato Grosso do Sul



O assassinato do líder indígena, ocorrido no dia 2 de dezembro, repercutiu na Europa. Para a ONG Survival Internacional, a tribo Guarani apresenta "uma das taxa de assassinatos mais elevadas do mundo", e que o "roubo de terras é um dos principais motivos dessa violência", segundo o diretor da organização, Stephen Corry.

De acordo com a Survival, Ambrosio, que há alguns anos lançou uma campanha pelo direito

de continuar vivendo em áreas reivindicadas pelos fazendeiros da região, vinha sendo alvo de ameaças de morte há alguns meses.

Segundo a polícia, o líder indígena foi morto a facadas em casa em Guyraroká, em Caarapó, que fica a 277 km de Campo Grande. De acordo com delegado Benjamin Lax, o assassinato teria ocorrido depois de uma briga de família, "mas há versões contraditórias."

Ricardo Quevedo, autor do crime, e sogro de Vilhalva, foi preso em flagrante, mas ele nega. Ambrosio ficou conhecido por protagonizar o filme ítalo-brasileiro "A Terra dos Homens Vermelhos, que relata a luta do povo Guarani para recuperar suas terras.



Alckmin quer criar cota racial no serviço público de São Paulo

SÍTIO ÚLTIMO SEGUNDO, 05.12.2013

Projeto reserva 35% das vagas na administração direta e indireta (empresas públicas) para negros e indígenas

O governo do Estado de São Paulo vai criar uma cota racial no serviço público estadual. O projeto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) reserva 35% das vagas na administração direta e indireta (empresas públicas) para negros e indígenas.

Conheça a nova home do Último Segundo

O anúncio deve ser feito na sexta-feira (6) no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual. A iniciativa surge menos de um mês após a presidente Dilma Rousseff encaminhar ao Congresso Nacional projeto que destina um quinto das vagas em concursos públicos do governo federal para a população negra.

A reportagem do jornal O Estado de S.Paulo apurou que Alckmin vai anunciar o envio à Assembleia Legislativa de um projeto de lei que autoriza o Estado a criar uma política de inclusão. Um decreto definirá as regras de reserva de vagas, que deve valer para os editais dos concursos, bem como para cargos comissionados e também nas empresas estatais.

A escolha de reservar 35% das vagas segue a proporção censitária no Estado de São Paulo de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas. A classificação toma por base os quesitos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No projeto federal, a proporção é de 20%.

Funcionalismo

Ao todo, o governo de São Paulo tem 570 mil servidores. A área da educação, com 230 mil professores, centraliza o maior número. A professora Maria Izabel Azevedo Noronha, presidente da Apeoesp, sindicato dos docentes estaduais, entende que a categoria deve "absorver com tranquilidade" a política. "Porque trabalhar com conscientização leva muito tempo. Já era hora e vai a reboque do governo federal", diz ela.

O diretor da ONG Educafro, Frei David Santos, comemorou a iniciativa do governo. "Entendemos que o tema do negro não é propriedade de partido, todos precisam atender a demandas da população pobre e negra do País", disse.

Por outro lado, o advogado José Roberto Militão, crítico às cotas, diz que a ideia é "uma tragédia" porque reafirma a tendência à "racialização". "O problema é que esse tipo de política, quando começa, não termina. A luta é continuar afirmando que isso é inconstitucional", diz.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 221 / 2013

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

"Nenhum dos líderes antirracistas, de Gandhi, Martin Luther King a Nelson Mandela, fez a defesa de privilégios. A grande luta do negro é pela igualdade. "

Brasil

Pelo menos 4 Estados e 28 cidades do País já adotam cotas raciais em concursos públicos, segundo levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Em outros dez municípios houve aprovação da reserva de vagas, mas as leis foram derrubadas no Judiciário.

Só no Estado de São Paulo já existem dez cidades que adotam algum tipo de reserva de vagas, conforme o estudo do Ipea. Na capital paulista, projeto de lei que destina 20% das vagas do funcionalismo municipal foi aprovado em novembro pela Câmara de São Paulo e aguarda a sanção do prefeito Fernando Haddad (PT).

Depois que o governo federal aprovou as cotas para alunos da escola pública, negros e indígenas nas universidades federais no ano passado, Alckmin também pressionou as instituições estaduais de ensino superior (USP, Unicamp e Unesp) a criar política similar. O governador chegou a anunciar, ao lado dos reitores, programa de reserva de vagas para alunos de escola pública, atendendo percentuais de pretos, pardos e indígenas.

Apesar disso, apenas a Unesp aprovou internamente as cotas - a USP e a Unicamp decidiram ampliar a política de bônus para tentar aumentar a inclusão. Por causa da autonomia universitária, cabe às instituições decidir sobre políticas de ingresso.



Reunião sobre demarcação deixa ruralistas frustrados

SÍTIO RURAL CENTRO, 05.12.2013

Uma comissão formada por 13 membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniu nesta terça-feira, 03, com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para discutir a proposta de portaria elaborada pelo Ministério da Justiça para reformular os procedimentos de demarcação de terras indígenas.

A audiência foi marcada após os parlamentares articularem mais uma convocação da ministra para prestar esclarecimentos à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a exemplo do que ocorreu em maio deste ano, quando ela prometeu mudanças na política de demarcação de terras indígenas.

O presidente da FPA, deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), disse que mais uma vez saiu frustrado de uma reunião com a ministra Gleisi Hoffmann, pois acha que o governo continua protelando, sem propor uma solução real para a insegurança no campo provocada pela política de demarcação de terras indígenas.

Na avaliação do deputado, nem mesmo a proposta de portaria do Ministério da Justiça contribui para resolver o problema, apesar de abrir a participação de outros ministérios no grupo técnico que analisará as demarcações.

O deputado afirmou que nos próximos dias os deputados da FPA devem se reunir com o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB/RN), para cobrar a instalação da comissão especial que analisará a PEC 215.

A proposta de emenda transfere o Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de novas terras indígenas. Heinze citou dois casos recentes ocorridos no Rio Grande do Sul que refletem a gravidade da situação.

No município de Vicente Dutra, no norte do Estado, a prefeitura nesta semana decretou estado de emergência, depois que indígenas caingangues e agricultores entraram em conflito. Heinze conta que em Sananduva, também no norte gaúcho, um agricultor foi obrigado a pagar R\$ 20 mil aos índios para colher 7 hectares de trigo em sua propriedade.

Resistência Em Mato Grosso do Sul, os produtores rurais realizam em Campo Grande um grande leilão no próximo domingo, 07, para arrecadar recursos que serão utilizados em ações judiciais contra as invasões indígenas.

Os organizadores pretendem arrecadar R\$ 3 milhões na venda de animais, cereais, máquinas e outros produtos doados pelos próprios agricultores e pecuaristas do Estado. O deputado federal Reinaldo Azambuja (PSDB-MS) disse que a campanha do chamado "Leilão da Resistência" já recebeu cerca de mil cabeças de gado, além de toneladas de soja, milho e algodão.



Movimentos sociais e sociedade civil farão ato de solidariedade e apoio aos direitos dos povos indígenas no sábado

SÍTIO BBC NEWS, 05.12.2013

Evento acontece neste sábado, dia 7, no Teatro de Arena do Horto Florestal, em Campo Grande, a partir das 14 horas.

Movimentos sociais, sindicatos, estudantes e artistas realizam neste sábado, dia 7 (mesmo dia do leilão da Acrisul), um ato em solidariedade e apoio aos direitos dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. O objetivo do ato é dar continuidade à arrecadação de alimentos e roupas, bem como apoiar a demarcação das terras indígenas no estado. Segundo os organizadores, nesta terça (3) já partiu um caminhão com mais de cinco mil quilos de alimentos, além de roupas, que já foram arrecadados pelos movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil.

As entidades que estão à frente do evento pretendem, com o ato, mostrar para a sociedade que as comunidades indígenas contam com solidariedade e apoio na luta pela demarcação das suas terras tradicionais e que estão garantidos na Constituição de 1988. "A demarcação está garantida na Constituição, porém até agora tem sido protelada. Não dá mais para esperar. Já se passaram 25 anos desde a promulgação da Constituição. Para que serve a Constituição? As terras indígenas foram invadidas e muitos indígenas já foram mortos neste estado. Não é verdade que os índios sejam os invasores, eles é que sofreram um processo de expropriação ilegal de suas terras, com a vista grossa do Estado", afirma um dos organizadores do Ato.

O movimento será um contraponto ao leilão que será realizado pela Acrisul no mesmo dia. "Estão arrecadando dinheiro para financiar milícias, falam isso abertamente, como falam que ocorrerá derramamento de sangue. O sangue de quem será derramado? O sangue de quem tem sido derramado? Mais de 200 lideranças indígenas deste estado já foram assassinados. Quantas lideranças dos fazendeiros foram mortas? De que lado está a violência? Por isso faremos este ato como uma reação de indignação frente ao que está acontecendo. Para afirmarmos claramente: não, não são todos que concordam com isso. Nós queremos justiça. A paz no campo passa pela demarcação das terras indígenas, assim como pela titulação das terras das comunidades negras e pela reforma agrária, para contemplar os sem-terra. Qualquer plano que vise a paz no campo não pode ignorar essas questões", afirma.

O Ato terá início a partir das 14 horas com diversas apresentações artísticas. Estão na programação apresentações musicais, exposição de quadros, performances teatrais, vídeos e dança. Às cinco horas acontece o ato de apoio aos direitos dos povos indígenas e depois continuam as apresentações artísticas.

As seguintes entidades assinam a convocação do ato: FETEMS, CUT, MST, CTV, DCE-UFMS, CTB, CSP-CONLUTAS, CPT, CIMI, CDDH-Marçal de Souza, CEDAMPO, CEBI, MMC, ONG AZUL, TPT, SISTA, SINTES, SEEB-CG, SINTECT, SINTSPREV, SINTIEMC e RECID.

Governo federal fecha o cerco à pesca ilegal e passa a exigir selo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.12.2013



Informe do MMA, publicado pelo EcoDebate - Para garantir um futuro sustentável ao setor pesqueiro nacional, o governo federal está apertando o cerco contra a pesca ilegal. Nesta quarta-feira (04/12), foi lançado o Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal, a maior operação do gênero já realizada na América Latina. A iniciativa envolverá, durante quatro meses, desde campanhas públicas de esclarecimento a operações de fiscalização, passando pela entrega de um "selo de pesca legal" aos proprietários de embarcações regulares. Após este prazo, serão realizadas operações intensivas de fiscalização.

O plano desencadeará ações envolvendo pastas e órgãos públicos, como os Ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA), do Meio Ambiente (por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Defesa (Marinha do Brasil), Justiça (Polícia Federal) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a partir da atuação de um grupo de trabalho. Além disso, deverá contar com a colaboração de Estados e municípios.

Fiscalização

Para a gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Mônica Brick Peres, a pesca ilegal é um problema mundial e tem sido duramente combatida, no Brasil, pelo Ibama, com apoio da Marinha do Brasil e das polícias federal, ambientais e estaduais. Como o Brasil possui o maior volume de água doce do mundo, formada por milhares de rios e dezenas de reservatórios, e um extenso litoral, a pesca ilegal encontrou terreno fértil para prosperar e comprometer a manutenção dos estoques pesqueiros e a fauna marinha em geral.

Os pontos de pesca ilegal são, geralmente, criadouros e berçários marinhos preservados, reservas ou cardumes de espécie em período de defeso (reprodução). Embarcações sem licença, uso de petrechos proibidos, que pratica a pesca no período de defeso, e até barcos estrangeiros operando ilegalmente nas águas são alguns dos problemas que comprometem os planos do governo federal para o setor pesqueiro, afirma o diretor do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca Industrial do MPA, Mutsuo Asano Filho, também coordenador do grupo estratégico que vai gerir o plano.

CONT.



Ofensiva

A previsão é de que a ofensiva demandará mais de R\$ 40 milhões, considerando-se os recursos financeiros, estruturas de apoio e pessoal, além de mobilizar mais de mil servidores públicos. De acordo com os técnicos, o plano é uma resposta do governo brasileiro às recomendações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no sentido de aumentar o combate à pesca ilegal em todo o mundo.

Educar e informar as comunidades pesqueiras sobre os riscos da pesca ilegal está sendo considerada fundamental pelo grupo estratégico. Com o slogan “É o Brasil protegendo o seu pescado”, a campanha do Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal será divulgada na televisão, rádio e mídia impressa, nos principais polos de pesca do país. Estão previstas reuniões com pescadores em colônias e associações de pescadores para a discussão do assunto.

A atuação do governo brasileiro destina-se a combater as irregularidades na pesca de arrasto, cerco, espinhel, emalhe e armadilhas, com prioridade para a de arrasto, responsável, quando exercida ilegalmente, por grande devastação biológica e até por conflitos na região Sul do Brasil.

As operações serão extensivas à pesca artesanal, industrial e esportiva. Um serviço de disque denúncia será colocado à disposição da população. E as pessoas que foram flagradas desrespeitando a legislação estarão sujeitas a multas, perda de licença de pesca, apresamento (captura) de embarcações e de produtos, entre outras penalidades.

Impactos

Pesquisa da FAO indica que apenas um quinto de toda a pesca realizada no mundo seja declarada e legalizada. Numa projeção para o Brasil, significa que se a produção nacional for de 1,5 milhão de toneladas, outras cinco milhões de toneladas podem não ser declaradas, de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura. “Há casos em que o peixe é pescado ilegalmente na nossa costa, levado para outros países e depois importado”, explica Mutsuo Asano Filho.

A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada atrapalha o planejamento das políticas voltadas ao desenvolvimento do setor. “Estatísticas e avaliações de estoques, que permitem a concessão de licenças e a proibição de determinadas pescarias, ficam prejudicadas”, acrescenta Asano Filho.

A atividade pode ser, também, considerada crime contra a ordem econômica, pois acaba elevando o preço do pescado ao consumidor final, seja pela necessidade de importações ou pela redução da oferta livre no mercado, dizem os especialistas no assunto. Há impactos, ainda, na qualidade do pescado consumido pela população.